

A CONSTITUIÇÃO DOS DISTINTOS TERRITÓRIOS DA CIDADE: O ESTADO NA CONFORMAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS

*Eblin Farage**

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender a conformação da cidade em distintos territórios a partir do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Pontuando o papel central do Estado e de seus equipamentos no processo de conformação e legitimação de espaços segregados que, na cidade do Rio de Janeiro, ganham maior relevância a partir da constituição das favelas. Nessa análise a favela é tratada como espaço constitutivo do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Cumprindo função no seu desenvolvimento, em especial como espaço de moradia de segmentos da classe trabalhadora evidenciando o duplo papel do Estado no trato das expressões da questão social, através da criação de consensos e do uso da coerção.

Palavras-chave: Estado. Favela. Urbano. Cidade.

O CAPITALISMO E A ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS: O ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADE

O capitalismo como uma forma de organização das relações sociais pressupõe não apenas uma maneira de produzir mercadorias, mas sobretudo uma forma de organizar a vida social dos sujeitos, que vai desde o processo de estruturação social e territorial até a conformação de leis para a manutenção dos interesses inerentes à classe economicamente dominante, tendo como elemento central desse processo de organização e conformação social a dimensão ideológica.

Como afirmou Marx (2007), a classe que domina economicamente também domina política e ideologicamente, construindo relações sociais que conformam os seus interesses de classe e o desenvolvimento da produção capitalista. A dominação dos espaços e dos meios de produção pressupõem uma organização social e territorial que possibilite o desenvolvimento do processo produtivo em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, a segregação territorial urbana conforma espaços distintos de sociabilidade para os distintos segmentos de classe. As relações sociais no modo de produção capitalista desenvolvem uma

* Professora Adjunta da FSS/UFF. E-mail: farage.eblin@gmail.com

forma de produzir que privilegia a produção de valores de troca, ao mesmo tempo em que constitui uma determinada sociabilidade.

Como afirmam Iamamoto e Carvalho (1995), o capitalismo gera não apenas um modo de produzir, mas também um modo de pensar, que condiciona a vida dos sujeitos em todas as suas dimensões e não apenas no trabalho. Nessa perspectiva, a produção do urbano é permeada pelas dimensões objetivas e subjetivas que formam o ser social, expressas nas relações sociais de produção. Se é inegável que o urbano é fruto do desenvolvimento capitalista desigual, também como afirma Lefebvre (2001) o espaço urbano deve ser compreendido como condição essencial para o desenvolvimento capitalista industrial assim é uma expressão que ao mesmo tempo é produto e produtor de sentidos. Como afirma o autor, “sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura” (LEFEBVRE, 2001, p. 3).

Para expressar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”. (LEFEBVRE, 2001, p. 3)

Segundo Villaça (2001), entende-se que a produção do espaço urbano e sua segregação – no que se refere à ocupação territorial por parte dos moradores da cidade e o desenvolvimento de infraestrutura – seguem as determinações e as necessidades da classe economicamente dominante.

Nossa tese é a de que, para as metrópoles brasileiras – e quase certamente também para as latino americanas –, a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante. (VILLAÇA, 2001, p. 45)

Para Villaça (2001), a segregação é produzida como forma de dominação desigual do espaço urbano, fazendo dos territórios intra-urbanos¹, o reflexo da desigual conformação das classes sociais. A segregação na cidade produz tanto o desenvolvimento e a apropriação desiguais do território, como dos seus recursos,

fazendo com que a cidade se constitua de espaços, locais e equipamentos que ratificam e evidenciam as desigualdades econômicas e sociais. Nesse sentido, a cidade não se constitui como fruto de um processo natural de desenvolvimento industrial e urbano, mas sim como fruto das necessidades do desenvolvimento capitalista.

A cidade que, desde a sua gênese, abriga segmentos populacionais distintos como forma de permitir a produção e a reprodução da sociedade industrial urbana, ao gerar territórios profundamente desiguais passa a conviver com o conflito gerado pelos antagonismos das classes. Como afirma Lefebvre (2008, p. 86), “notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são relações de classe), essa segregação constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas enquanto tal, ele o revela.”

A contradição entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada se expressa de forma enfática na conformação do espaço urbano. Segundo Villaça (2001, p. 46), “a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e por meio da qual essa classe exerce sua dominação – através do espaço urbano”.

Busca-se uma análise de totalidade que conecte as determinações locais e particulares com o desenvolvimento capitalista desigual e combinado², conforme analisado por Lenin (2005), Trotsky (2007) e Harvey (2004). Essa conexão terá como mediação o desenvolvimento do Estado brasileiro, apontado por Fernandes (1975; 1981) como de capitalismo dependente³, assim como uma reflexão geral sobre a conformação das classes e a estruturação do espaço urbano.

A hipótese que norteou a pesquisa é que o Estado exerce um controle indireto sobre o território da favela e seus moradores, que é na aparência entendido como “ausência do Estado”. Neste sentido, refletir sobre o aparente não controle do Estado sob o território das favelas implica considerar duas dimensões, a saber:

1. A aparente ausência de controle do território da favela por parte do Estado não significa a não contenção de seus moradores. Ao contrário, de forma indireta – seja pela imposição dos grupos criminosos armados⁴, seja pelo desenvolvimento de políticas públicas assistencialistas e paliativas⁵, seja pelo trabalho de conformação ideológica desenvolvido pelas igrejas neopentecostais – parcelas significativas da população favelada se encontram “controladas”;

2. Existem distintas dimensões que o território da favela e seus moradores ocupam na lógica de desenvolvimento urbano e capitalista na contemporaneidade. Dimensões contemporâneas que não se restringem à manutenção do exército industrial de reserva, mas ocupam lugar na produção da riqueza e no consumo, contribuindo para o ciclo reprodutivo do capital.

Como ressalta Kowarick (1993), tradicionalmente as favelas se apresentam como a forma mais viável de sobrevivência de parcelas da classe trabalhadora, por representarem economia no que se refere aos gastos habitacionais e de transporte, já que, em sua maioria, elas se encontram localizadas próximas aos centros de emprego. Nesse sentido, entendemos que os moradores das favelas se caracterizam como um segmento da classe trabalhadora contemporânea, produzida pela dinâmica de desenvolvimento e crescimento das cidades, como consequência do desenvolvimento capitalista. Como afirmou Marx (2007, p. 246) “a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”. É nessa perspectiva que compreendemos a constituição das favelas, como inerentes e necessárias ao capital.

Nesse sentido, a *outra hipótese* que norteou a presente pesquisa é que as relações sociais capitalistas criam e recriam as formas de ser e estar no território das distintas classes sociais. Essa perspectiva é analisada tendo como referência os segmentos da classe trabalhadora residentes em favelas, e sua influência na organização social da vida na cidade como fruto das relações sociais. Relações sociais entendidas nessa análise como campo de disputa e contradição, engendradas pelos segmentos de classe, da burguesia e do proletariado contemporâneos. As classes e suas frações são percebidas em movimento e contradição, como produto e ao mesmo tempo como produtora das relações sociais. Essa dimensão ratifica a análise dos segmentos da classe trabalhadora residentes na favela, como *aparentemente controlados*, já que em seu cotidiano, recriam a vida na favela e na cidade de distintas formas, não se constituindo grupos passivos e apáticos na dinâmica social.

Os moradores da favela são analisados, a partir de diferentes dimensões de sua vida cotidiana. Dimensões que consubstanciam a lógica do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Nessa análise destaca-se sua caracterização como: 1) superpopulação relativa, segundo análise de Marx (2001); 2) mercado consumidor; 3) classes perigosas, segundo Guimarães (1979, 2008); 4)

“curral eleitoral”; 5) produtores e reprodutores da indústria religiosa e 6) foco propulsor para a criação de organizações não governamentais. A partir da análise dessas múltiplas determinações busca-se compreender os segmentos da classe trabalhadora residentes nas favelas, como parte inerente a lógica de reprodução do capitalismo, já que como afirmou Marx (2001, p.738) a “produção contínua de uma superpopulação relativa de trabalhadores é uma necessidade da acumulação capitalista”.

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITALISMO E O ESTADO NA CONFORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Compreende-se que as favelas cariocas, assim como todo o tecido urbano, sofrem os impactos gerados pelas transformações societárias e pelas relações sociais. Transformações que alguns autores caracterizam como metamorfoses do capitalismo e do mundo do trabalho (ANTUNES, 2007), impondo aos estudiosos das expressões da questão social um olhar mais atento aos impactos na composição, organização e transformação da classe trabalhadora, que acabam por gerar, não apenas uma forma de organização da vida material, mas também uma nova forma de organização e produção da vida espiritual, subjetiva e social.

As relações capitalistas geram uma forma de ser, de agir e de pensar, dando origem a diferentes sujeitos, que são produtores e ao mesmo tempo produto das relações sociais. Criam e recriam a sociedade em suas especificidades e singularidades, incorporando as formas de ser e estar na sociedade. Forma intrinsecamente ligada ao desenvolvimento urbano, levando os moradores dos diferentes espaços da cidade a construir formas próprias de sociabilidade, e de sobrevivência, sempre buscando a inserção na dinâmica da sociedade de classe.

Como afirma Gramsci (2005), para uma nova organização do modo de produção, faz-se necessário um novo tipo de homem, que deve ser gestado para se adaptar as novas determinações e exigências do sistema. Segundo o autor, “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (2005, p. 248), que precisa de novos aparelhos de construção de hegemonia.

Nesse sentido a compreensão sobre a constituição do espaço urbano requer a análise, mesmo que de forma breve, dos diferentes fatores que influíram em sua formação. A cidade, como consequência do desenvolvimento capitalista e

industrial brasileiro, tem como agente central de seu processo de conformação o poder público, direcionado pela condução hegemônica do Estado.

Algumas das análises realizadas sobre a questão urbana carioca, em especial sobre o processo de favelização do Rio de Janeiro, desconsideram ou secundarizam a participação do Estado na conformação do espaço. Nessa perspectiva, ganham repercussão análises como a de Ventura (1994), que considera o Rio de Janeiro como uma “cidade partida”⁶, destacando na introdução de sua obra que “a convivência amena, a obediência civil, a falta de antagonismos de classe e a despreocupação com os problemas sociais” (VENTURA, 1994, p. 11) camuflaram a existência de duas cidades. Nesse caminho de reflexão, o autor, ao considerar a existência de duas cidades na mesma cidade, desconsidera a constituição histórica, social, política e econômica do desenvolvimento capitalista, da qual a desigualdade é própria, tendo o Estado como gestor.

Outros autores como Rocha (2005) em seu livro “Cidade Cerzida”, apesar de pontuar a presença do Estado na constituição do espaço urbano, reitera a dicotomia entre “favela e asfalto” e a lógica da “cidade partida”. Nessa perspectiva, traça a leitura de que os distintos espaços se constituem como processo quase natural da desigualdade social. A favela nessa análise é tratada como fruto do “descaso do poder público” (ROCHA, 2005, p. 37), e não como produto inexorável da organização urbana capitalista.

A secundarização da participação do Estado nas análises sobre a conformação do espaço urbano em parte se justificam pela singularidade do processo de formação social brasileira. Este se caracteriza, segundo autores como Fernandes (1975, 1981) e Ianni (2004), por um desenvolvimento capitalista dependente. O desenvolvimento dependente, analisado por esses autores, tem por base o processo tardio de industrialização como consequência do lugar que o país ocupava na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados.

O desenvolvimento dependente do Brasil está intrinsecamente vinculado a “Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado” da sociedade, que segundo Novack (1988, p. 09), se refere “às distintas proporções no crescimento da vida social [...] à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico”, o que acaba por gerar a condição de país subdesenvolvido.

Segundo Novack (1988, p. 33-34):

Isto está exemplificado com maior ênfase na evolução do capitalismo e suas partes componentes. O capitalismo é um sistema econômico mundial. Nos últimos cinco séculos se

desenvolveu de país a país, de continente a continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial, financeiro e capitalismo estatal monopolista. Cada país, mesmo que atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento. Enquanto cada nação entrou na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, cada um participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo, e jogou diferente papel nas distintas etapas de seu desenvolvimento.

Para Ianni (1965), o subdesenvolvimento é a face de um país dependente que, impossibilitado de socializar a produção da riqueza e de mantê-la direcionada ao desenvolvimento interno, coloca-se, em relação a outros países – em especial aos colonizadores – em uma condição de subalternização.

O subdesenvolvimento não é apenas um *estado em si*, mas muito mais um modo específico de se relacionar consigo mesmo e com os outros países, com o sistema global no qual a nação se encontra inserida. Não é um *estado em si*, mas para *o outro*, não podendo tornar-se para si. É que subdesenvolvimento é um modo de ser devido a um sistema de relações internacionais, de dependência e submissão. (IANNI, 1965: 51-52, grifo original)

Segundo Fernandes (1981), o capitalismo dependente define os que se incluem e os que não se incluem na lógica do mercado e de que forma são incluídos. Forjam-se as classes e seus estratos, característicos do processo interno de cada realidade social, a partir do desenvolvimento econômico e social de cada realidade.

Para Fernandes (1981, p. 63):

Todos os que passam pelo mercado se classificam positivamente “dentro da ordem”; os que não passam pelo mercado, classificam-se negativamente. Marginalizando-se como “condenados do sistema” (ou suas vítimas necessárias). As relações de trabalho assalariado convertem a proletarização em fator de classificação social, iniciando-se por aí, concomitantemente (ainda que com tempos distintos e ritmos históricos diferentes), a revolução urbana e a crise da agricultura.

Segundo Gramsci (2001), nenhum poder pode se manter exclusivamente pela coerção por muito tempo; por isso, é fundamental que se alie aos mecanismos repressivos ações de construção de consensos, que contribuem para a criação de

um estado de apassivamento⁷ e de aparente conciliação entre os interesses de classe. A supremacia de um grupo social pode se manifestar ou pela força (coerção) ou como direção moral e intelectual (consenso). Nesse sentido, apesar do Estado assumir papel central na direção do processo social, não o faz apenas pela força e pela violência; ao contrário, cria e recria formas distintas de consensos. Dessa relação entre coerção e consenso, que move as relações sociais, advém o fato de que um grupo dominante não é sempre dirigente, nem o grupo dominado é sempre subalterno. Ao contrário, na luta cotidiana, apesar de hegemonizada pelas classes economicamente dominantes, ambas as classes – burguesia e proletariado – exercem distintas influências sobre o aparelho do Estado.

A incorporação das reivindicações da classe trabalhadora, por parte do Estado e das classes economicamente dominantes, tendo como instrumento a concessão de direitos, se realiza a partir da organização dos trabalhadores em movimentos coletivos, exigindo a incorporação dos direitos no âmbito das esferas públicas e governamentais.

Esse processo se evidencia na *questão social*, definida por Yamamoto (2007, p. 125), “como mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Ela condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche”, e nesse sentido também representa a organização e a resistência de amplos segmentos da classe trabalhadora, ou seja, desigualdade e luta. Dessa feita, a conformação da cidade expressa a forma como o Estado se relaciona com os distintos interesses das classes, constituindo espaços em que se valoriza a vida em suas múltiplas dimensões, desde os sentidos mais simbólicos e culturais até a vida física e outros espaços em que o cotidiano expressa apenas formas simples de sobrevivência.

A relação construída entre classe economicamente dominante e classe trabalhadora, por meio da criação de consensos, em momentos de organização e contestação por parte dos trabalhadores se orienta pelo exercício da força, repressão e violência; ou seja, pela coerção. As formas de dominação sobre os diferentes segmentos da classe trabalhadora ora exigem, por parte da classe hegemônica no Estado, o uso da força e da violência (coerção), ora exigem a criação de meios de conformação e adaptação (criação de consenso).

Com esse duplo caráter, o Estado se relaciona com os segmentos da classe trabalhadora residente nos territórios de favelas. Por um lado, o Estado, impulsionado pela luta e organização histórica da classe, dá respostas a algumas

de suas demandas. Por outro, como forma de manter o território sobre controle e seus moradores apassivizados, desenvolve mecanismos como a criação de políticas públicas assistencialistas, a utilização da repressão como política de segurança pública e a implantação de políticas públicas (saúde, educação, saneamento etc.) de baixa qualidade.

Constitui-se uma relação contraditória e também antagônica entre Estado e classe trabalhadora. O que se evidencia na constituição de políticas públicas desenvolvidos pelas instâncias governamentais, em especial no âmbito da seguridade social, que acabam por ser o fio condutor de uma política que ao mesmo tempo garante parcos direitos e subordina parcelas da classe trabalhadora.

Entendendo, como afirmou Marx (2001, p. 748), que “o pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior”, compreende-se o financiamento das diferentes políticas públicas, direcionadas para as classes subalternas. A arrecadação do Estado deriva em parte da mais-valia⁸ extraída da classe trabalhadora que se traveste de impostos pagos pelos donos dos meios de produção, assim como dos impostos diretamente pagos pelos trabalhadores como consumidores.

Nesse sentido, o Estado, por meio dos segmentos governamentais, acaba constituindo-se como agente central na conformação das políticas públicas e sociais. Dessa forma, ele contribui para o processo de reprodução ampliada do capital⁹ através dos custos assumidos para a reprodução de importantes segmentos da classe trabalhadora. Destaca-se ainda a dimensão ideológica das políticas públicas e sociais, que, em sua maioria, reproduzem uma perspectiva assistencialista, fortalecendo laços eleitoreiros e populistas.

Segundo Behring e Boschetti (2006, p. 43),

A produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social – seja como estimuladora da realização da mais-valia socialmente produzida, seja como reprodutora da força de trabalho (econômica e política).

Assim, o Estado acaba por exercer importante função na execução e manutenção da lógica de reprodução do capital e especialmente na lógica de manutenção e reprodução do segmento da classe que produz socialmente a riqueza.

A CONSTITUIÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS: ESPAÇO DE MORADIA DE SEGMENTOS DA CLASSE TRABALHADORA

Retomando a história do Brasil em sua transição do período colonial para o período republicano, encontramos a gênese do processo que mais tarde dará origem as primeiras favelas cariocas. Os moradores dos cortiços do final do século XIX e início do século XX, assim como os primeiros moradores dos morros cariocas, têm sua origem em diferentes dinâmicas sociais e conflitos que marcaram a história do desenvolvimento do país.

A população excedente do Rio de Janeiro tem sua origem na abolição da escravidão de 1888, que libera a força de trabalho escrava. Não incorporada em sua totalidade nos processos produtivos em curso no país, seja na agricultura ou na indústria incipiente, vai pouco a pouco se incorporando às precárias condições de vida da cidade. Outro segmento que engrossou a população pobre no Rio de Janeiro foi o dos combatentes da Guerra de Canudos¹⁰ militares do então Distrito Federal, que foram enviados para a batalha, e ao retornarem foram se alojando em precárias moradias situadas no Morro da Favella¹¹, à espera do pagamento dos soldos de guerra prometidos pelo governo. Além dos ex-escravos e dos soldados, engrossaram as ocupações pobres da então capital da República imigrantes europeus, atraídos pelo processo de industrialização, em especial no início do século XX. Segundo Abreu (2008, p. 35),

Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. [...] Era também uma cidade em que a maioria da população era escrava. Quase que uma cidade de mercadorias.

Os escravos recém-libertos, assim como os migrantes vindos das regiões Norte e Nordeste do país, inicialmente passaram a residir nos cortiços¹², estalagens precárias e muito comuns no final do século XIX e início do XX na cidade do Rio de Janeiro. O cortiço mais famoso, pela sua dimensão, foi o denominado de Cabeça de Porco¹³. Segundo especialistas estima-se que chegaram a residir nesse espaço cerca de 4 mil pessoas. Há controvérsias sobre os números, mas há consenso sobre suas condições de higiene e sobre o perfil de seus moradores. Segundo Valladares (2005, p. 24), “era local de moradia tanto para trabalhadores

quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada ‘classe perigosa’”.

A constituição e posterior *remoção dos cortiços*, que começam a surgir no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, juntamente com a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo no país, formaram a gênese da favela carioca.

A partir da proibição do tráfico negreiro em 1850, e por força da capitalização do boom cafeeiro e da expansão econômica que ocorre até 1875, progressivamente crescem os centros urbanos mais desenvolvidos e populosos novos tipos de habitações coletivas, verdadeiras senzalas urbanas, focos de doenças endêmicas para abrigar os novos habitantes: os cortiços e as cabeças-de-porco, que serviam de moradia para 4% da população do Rio por volta de 1869 e chegaram a 25% nos primeiros anos da República. (FINEP/GAP, 1985, p. 26).

Segundo Valladares (2005), quando o Brasil inicia o seu processo de transformação de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, marca-se o início da constituição das favelas cariocas. A abolição da escravatura, em 1888, e o início do processo de industrialização colocam os centros urbanos em evidência, pelo florescimento das atividades comerciais e industriais e das mudanças que resultaram da disseminação das chamadas forças progressistas.

A ocupação dos territórios na cidade do Rio de Janeiro ocorre gradativamente pelo processo de industrialização em curso desde o final do século XIX. Segundo Abreu (2008), as atividades industriais do início do século XX se concentravam basicamente no centro da cidade e a seu redor, “caracterizando-se pela predominância de pequenos estabelecimentos dedicados à fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliário” (ABREU, 2008, p. 54). Por ser uma indústria incipiente de baixa tecnologia, exigia a inserção de um grande número de trabalhadores para a efetivação do processo produtivo, o que contribuiu para a aglomeração de moradores nos arredores da região central, já que à época a cidade não dispunha de um sistema eficaz de transporte urbano.

A primeira favela do Rio de Janeiro é datada de 1897. Há divergências em relação à sua localização: para alguns autores é o Morro da Providência e para outros, o Morro de Santo Antônio. Já no início do século começam as preocupações por parte dos governantes em relação aos moradores desses espaços, seja em função de questões habitacionais, de higiene ou pela necessidade de contenção da delinquência.

A história das favelas no Rio de Janeiro é marcada por iniciativas que buscavam amenizar o “problema” que se evidenciava e que desde cedo preocupava a burguesia: o agravamento contínuo da questão social, que tem na constituição das favelas uma de suas expressões.

A cidade passa a ser considerada por grandes segmentos populacionais como condição essencial para obtenção dos meios necessários à reprodução da vida do trabalhador e de sua família, acelerando o reordenamento territorial da cidade.

Importa compreender a *constituição, legitimação e manutenção* das favelas no Rio de Janeiro, a partir de uma visão que não homogeneíze a complexidade de realidades que distinguem as diferentes favelas, mas que compreenda esse processo no que ele tem de universal, sem desconsiderar suas particularidades.

Nesse sentido é importante destacar o papel que o Estado e a administração pública municipal e estadual exercem na constituição do espaço urbano. O desenvolvimento da indústria capitalista não seria possível sem a cooperação central do poder político, já que este tem caráter fundamental no processo de ordenamento espacial no que se refere ao atendimento das necessidades do processo produtivo, englobando os aspectos de infraestrutura e os aspectos econômicos.

O adensamento do processo industrial, com a ampliação das fábricas e a requisição de locais de moradias para a burguesia industrial nascente, evidencia o problema de moradia da cidade. Se por um lado era necessária a manutenção dos trabalhadores próximos ao seu local de trabalho, por outro, esses espaços também deveriam ser ocupados pelas famílias de classe média e alta, que se deslocavam para a cidade, em busca de maior conforto e proximidade com o comércio e os serviços.

Os morros ao entorno do centro da capital passam a ser a maneira mais viável dos trabalhadores residirem. Removidos dos cortiços¹⁴ e de casas precárias por conta do processo de urbanização promovida pela reforma, os trabalhadores, na busca de se alojarem próximos ao seu local de trabalho e das possibilidades de trabalho, passam a ocupar os morros da Providência, Santo Antônio, São Carlos etc. O adensamento de construções precárias, com sobras dos escombros e utilização de telhas de zinco, marcavam desde 1897 as habitações do Morro da Providência, conhecido como Morro da Favela, e que passa a ser reconhecido nos demais morros da cidade, transformando o nome próprio deste morro em substantivo, que passa a designar essas moradias como “favelas”.

A construção de moradias passa a ser uma fonte rentável no início do século, motivadas pelo investimento público em infraestrutura e serviços. A emergente camada social de maior poder aquisitivo passa a demandar residências nas áreas nobres da cidade, assim consideradas pela sua proximidade com os serviços públicos e pela proximidade com as belezas naturais da cidade, como praias, matas, montanhas etc.

Esse processo, caracterizado por Villaça (2001), como conformação intra-urbana, vai pouco a pouco dando novos contornos à cidade do Rio de Janeiro. Se por um lado as classes economicamente dominantes da época buscavam locais de moradia central, essas mesmas classes não poderiam abrir mão dos trabalhadores, o que em certa medida justifica o convívio forçado com os pobres que intensificaram a ocupação dos morros.

A intensificação do processo de favelização do Rio de Janeiro passa a exigir respostas mais contundentes do poder público. Esse período, de certa forma, inaugura “o mito da cidade partida” (apesar de o termo só ter sido cunhado na década de 1980), na medida em que institui uma série de iniciativas e de formulações teóricas e políticas que tratam as favelas como espaços estranhos no âmbito da cidade. Nesse sentido são consideradas áreas desconectadas dos demais bairros e não um espaço constitutivo da cidade, gerado a partir da existência de grande desigualdade social. Segundo essa lógica, as favelas passam a ser tratadas como um problema de saúde pública e de higiene, ao invés de uma expressão da questão social.

Tratadas como “aglomerados subnormais”¹⁵ e marcadas pelo *discurso da ausência*, como afirma Silva (2007) as favelas passam a ser designadas por aquilo que *não são*, pela sua negatividade. Esta percepção vai se disseminando na mídia e nas definições acadêmicas, contribuindo assim para reforçar os estereótipos e os estigmas que pairam sobre esses espaços e, em especial, sobre seus moradores, os chamados favelados.

A alusão à “cidade partida” na construção teórica considerada nesta análise nos parece uma caracterização imprecisa visto que na mesma cidade se expressam faces diferentes da realidade social. Essas diferenças são conformadas pela organização capitalista, que divide a sociedade em classes sociais distintas e antagônicas, representadas centralmente pela oposição entre burguesia e proletariado.

Ao considerar real a existência de uma “cidade partida” afirma-se a diferença entre a realidade social do “asfalto” e do “morro”. Porém, ao analisarmos

a realidade e a constituição geográfica do Rio de Janeiro, verificamos que a cidade é formada por bairros nobres, favelas e uma imensidão de bairros populares (periféricos ou de subúrbio), nos quais se concentra uma população maior que a das favelas, como demonstram os gráficos abaixo. Esse cenário nos remete à necessária leitura da realidade atravessada pela constituição e ação das classes sociais.

Outro ponto importante a ser observado é que o discurso da “cidade partida”, com sua constante oposição entre “morro” e “asfalto”, baseada em uma ameaça de levante, gera um singular medo fundado no perigo de o “morro ocupar o asfalto” e assim alterar a rotina de vida das classes média e alta. Esse medo é alimentado pelo “mito da pobreza violenta”, ou seja, da constituição social dos pobres como “bandidos em potencial”. Nessa perspectiva o Estado se faz presente junto às classes subalternas de forma repressiva, utilizando a polícia como instrumento de coação e repressão através da violência, montando um verdadeiro equipamento de guerra, como é o caso do “caveirão”. Essa perspectiva analítica camufla o real sentido da constituição das favelas e da pobreza do Brasil como parte inerente à própria acumulação capitalista, o que faz das favelas um dos espaços de moradia da classe trabalhadora.

É relevante destacar uma tendência em curso na rede social da cidade, que parece generalizar o medo gerado pela violência e pelo crime organizado a todo e qualquer morador de favela, considerado como um bandido em potencial. A massificação construída, em especial pela mídia, criminalizando os moradores de espaços populares, em especial os moradores de favelas, recria no imaginário social dos moradores da cidade, a representação da violência ligada à pobreza. Essa construção social serve para justificar posições altamente conservadoras, como a proposta de diminuição da maioria penal, o isolamento das favelas por muros etc. bem como diversas iniciativas no âmbito do assistencialismo e da caridade.

E preciso decifrar o mito da “cidade partida” a partir da dinâmica do capitalismo nos países periféricos, como o Brasil. Os precursores do neoliberalismo, implantado a partir da década de 1990 no Brasil, já afirmavam, segundo Perry Anderson (2008, p. 10) “que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si”, para a manutenção e o desenvolvimento do capitalismo. Para que o capitalismo se desenvolva e continue a gerar lucros, é necessário entre outras coisas que se crie e mantenha a divisão da sociedade em classes, a desigualdade social e a subjugação de uma classe por outra.

É importante analisar o crescimento das parcelas da classe trabalhadora não inseridas no mercado formal de trabalho. Autores como Nun (1978, 2000) as denominam de “massa marginal”¹⁶, partindo do pressuposto que elas não teriam nenhuma importância para o atual estágio do capitalismo. Marx já as caracterizava como “superpopulação relativa”¹⁷, parte consubstancial da lógica de dominação do capitalismo, que aparece já no período da acumulação primitiva do capital. Além disso, sua existência é necessária para a manutenção material e ideológica da subalternização das classes trabalhadoras, em especial das parcelas inseridas no mercado formal de trabalho.

Ao progredir a produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capitalista sobre o trabalhador (MARX, 2001, p. 851).

No atual estágio de desenvolvimento, a “superpopulação relativa” tende a ser controlada pelas classes que detêm a hegemonia do Estado, através da força e do assistencialismo: uma nova sociabilidade é construída, a partir de novas formas de subordinação e submissão das classes trabalhadoras.

As condições de vida das classes trabalhadoras estão diretamente ligadas a sua forma de inserção nas relações sociais de produção. Com o aumento do desemprego, grandes contingentes de trabalhadores passam a sobreviver precariamente através do trabalho informal, dos biscates, da caridade, da filantropia e dos escassos programas de assistência. Para eles resta apenas como alternativa de moradia viver nas favelas e subúrbios.

As condições de vida dependem de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Não obstante tal fato, é possível fazer uma leitura dessas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços infra-estrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital (KOWARICK, 1993, p. 33)

Na presente análise, considera-se que a constituição da favela não pode ser compreendida e nem analisada sem considerar os fatores sociais, econômicos e políticos que conformam a cidade a partir dos interesses do desenvolvimento capitalista, nem tão pouco, desconsiderar o papel do Estado nesse processo.

ENSAIANDO REFLEXÕES

No caminho dessas reflexões, refuta-se a tese de que existe um desinteresse ou uma incapacidade do Estado em organizar a vida social nas favelas, pois compreende-se que esses territórios, necessários à produção e reprodução do capital, são foco de distintas ações estatais. Compreende-se, ainda, que a aparente não-intervenção também se expressa como uma estratégia contemporânea de controle desses segmentos da classe trabalhadora. Controle de trabalhadores que se dá pelo controle dos territórios, necessário, por abrigarem trabalhadores, produtores e consumidores de mercadorias industrializadas, consumidores de serviços, usuários de políticas públicas assistencialistas, força de trabalho barata, ou seja, por se constituírem como superpopulação relativa.

O aparente não-controle do Estado sobre esses territórios dá-se pelo fato de utilizar formas distintas de controle, aparentando o não domínio. Na prática, se apresenta como uma forma eficaz de manter os moradores sobre um determinado controle e de alimentar um forte esquema de corrupção, envolvendo desde os grupos criminosos armados até membros da política nacional e o tráfico internacional de drogas e armas.

Segundo Leeds e Leeds (1978), em sua análise sobre o Estado e a relação com o espaço urbano, destacam que seus objetivos são dois: “primeiro, a coordenação pública, administração e manutenção da ordem em toda a sociedade, e segundo, sua própria manutenção como um grupo de interesse especial, geralmente uma classe dominante e seus representantes.” (1978, p. 40)

A forma como as favelas se organizam acaba por cumprir um importante papel na contenção de um segmento da classe trabalhadora que ainda tem função na lógica de organização do capitalismo, seja como exército industrial de reserva, ou como público-alvo de políticas públicas populistas e assistencialistas que garantem a reprodução de uma lógica eleitoreira (seja da direita tradicional ou da nova direita¹⁸).

A favela, como fruto contemporâneo do Brasil urbano-industrial, contribui para uma nova configuração do espaço urbano, que passa necessariamente pelo debate e pela reflexão sobre o lugar que um significativo segmento da classe trabalhadora ocupa na conformação da cidade e na vida produtiva.

As transformações sociais e o desenvolvimento oriundo do processo de industrialização trazem para o país e para as cidades possibilidades novas de revigoração do cotidiano, com um maior número de recursos, técnicas

e tecnologias para a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado trazem, de forma contraditória, pauperismo, pobreza, intensificação da exploração, expropriação etc. Segundo Ianni (1965, p. 13), “ao começar a abandonar o horizonte restrito e pobre de uma existência colonial, o povo brasileiro alarga a sua vida econômica, política e cultural” sem, no entanto, corresponder a uma socialização dessas conquistas.

Produz-se a segregação que, segundo Villaça (2001), gerada como forma de dominação desigual do espaço urbano, faz dos territórios intra-urbanos o reflexo da desigual conformação das classes sociais. A segregação na cidade produz o desenvolvimento e a apropriação desigual do território e de seus recursos, fazendo com que a cidade se constitua de espaços, equipamentos e classes sociais que ratificam e evidenciam as desigualdades econômicas e sociais.

THE CONSTITUTION OF DIFFERENT CITY TERRITORY: THE STATE IN SHAPING THE FAVELAS

ABSTRACT

This research sought to understand the conformation of the city in different territories from the combined and uneven capitalist development. Punctuating the central role of the State and their equipment in the process of shaping and legitimizing segregated spaces that the city of Rio de Janeiro, gain greater relevance from the constitution of the *favelas*. In this analysis the *favela* and treated space as constitutive of uneven and combined development of the capital. Fulfilling its role in development, especially as living space segments of the working class showing the dual role of the state in dealing with expressions of social issues through consensus building and the use of coercion.

Keywords: State. *Favela*. Urban. City.

NOTAS

¹ O espaço intra-urbano para Villaça (2001, p. 18), é “a expressão *espaço urbano*, bem como “estrutura urbana”, “estruturação urbana” e outras congêneres, só pode se referir ao intra-urbano. Tal expressão deveria ser, pois, desnecessária, em fase de sua redundância. Porém, espaço urbano – e todos aqueles afins – está hoje de tal forma comprometida com o componente urbano do espaço regional que houve necessidade de criar outra expressão para designar o espaço urbano; daí o surgimento e uso de intra-urbano”. Neste trabalho, a partir dos estudos do autor, será utilizado para designar os espaços internos da cidade.

² A categoria desenvolvimento capitalista desigual e combinado tem origem nas reflexões de Lenin (2005), sobre a lei do desenvolvimento desigual, que afirmava que o capitalismo se desenvolve de forma desigual nos diferentes países, combinando fases distintas e por vezes opostas. Segundo o autor, nem todos os países em seu processo de desenvolvimento, passariam pelas mesmas fases,

negando a ideia de que para a realização da revolução proletária era necessário anteriormente uma revolução burguesa, opondo-se assim a visão etapista do pensamento “dualista” da II Internacional (1891) e da Internacional Comunista (1919) sobre o processo de desenvolvimento capitalista. A teoria de Lenin foi adensada por Trotsky (2007), com o termo “combinado” dando origem a expressão desenvolvimento capitalista desigual e combinado, que compreende o capitalismo como uma totalidade contraditória, em que as nações mais atrasadas passariam a incorporar elementos das nações mais desenvolvidas sem necessariamente passar pelo mesmo processo de desenvolvimento, constituindo uma historicidade própria, em que coexistem elementos do capitalismo mais avançado com elementos de uma fase pré-capitalista (DEMIER, 2005)

³ Florestan Fernandes (1981;1975), partindo da reflexão sobre o desenvolvimento capitalista desigual e combinado de Lenin e Trotsky, desenvolve a análise da constituição social brasileira a partir da perspectiva do capitalismo dependente.

⁴ Entende-se por grupos criminosos armados, os grupos denominados como Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC), ADA (Amigo dos Amigos) e as Milícias. Todos exercendo papel de controle do território das principais favelas e espaços populares do estado do Rio de Janeiro. Controle exercido pela força armada e simbólica sobre os moradores, tendo como foco central a arrecadação de divisas, seja através da venda direta de drogas aos moradores, seja para a venda de drogas aos bairros nobres da cidade, seja pelo controle de serviços como televisão a cabo, internet, distribuição de gás e transporte alternativo. Todos os serviços citados, nos territórios controlados pelos grupos criminosos armados, pagam “ágio” ao grupo local.

As milícias, grupo criminosos armado mais contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro, são formadas em sua grande maioria, por policiais na ativa e ex-policiais, exercendo o controle de determinados territórios com o mesmo poder opressor do tráfico de drogas, porém sob a aparência de respeito aos moradores. Segundo o relatório da CPI das milícias, presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), o referido grupo tem sua base de sustentação econômica no controle do transporte alternativo (Vans e Kombis), além de se utilizarem das mesmas estratégias de “acharque” aos moradores, como a cobrança pelo gás, pela internet e pela televisão a cabo.

⁵ Por política pública assistencialista e compensatória entende-se programas de transferência de renda como os extintos Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale-gás, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Programa Cheque Cidadão da Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1998 a 2005, o Programa Bolsa Família iniciado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e vigente até os dias atuais, etc. Para saber mais sobre essa análise ver: Macêdo (2004), Behring e Bosschetti(2006), Behring (2009).

⁶ Cidade Partida: termo cunhado por Zuenir Ventura e que deu nome a seu livro publicado em 1994 pela Companhia das Letras.

⁷ Entende-se como apassivamento o processo de contenção dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, exercido pelo Estado e pela classe economicamente dominante. Processo que se dá a partir da incorporação de reivindicações e da garantia de direitos dos trabalhadores, que em última análise, apesar de terem efeito real na vida dos subalternizados, não os tira dessa condição e nem socializa a riqueza produzida. Essa tendência se intensifica a partir da década de 1990 no Brasil, com o processo de refluxo dos movimentos sociais classistas e autônomos ligados a classe trabalhadora, tendo como propulsor a política neoliberal, e como foco a desmobilização, a cooptação de lideranças, a repressão e a criminalização dos movimentos organizados.

⁸ A Mais Valia, segundo Marx (2001), é o valor produzido pelo trabalhador a mais do que o pago pela sua força de trabalho e apropriado pelo capitalista. Sobre mais valia ver Marx (2001 livro 1 volume 1)

⁹ Sobre reprodução ampliada do capital ver Marx (2001 livro 1, volume 2).

¹⁰ A Guerra de Canudos que aconteceu no período de 1896 a 1897, foi um conflito militar entre os moradores do Arraial de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro e o governo do estado da Bahia, pelo fato dos primeiros recusarem a pagar impostos e seguir as diretrizes do governo. O conflito chegou ao fim na terceira tentativa de ataque das forças armadas do estado, reforçadas

por militares enviados pelo governo federal. A Guerra de Canudos, segundo o autor, significou a resistência das populações marginalizadas do sertão nordestinos às injustiças sociais da época (MONIZ, 1987).

¹¹ Existem controvérsias sobre a origem do nome Favella. Segundo Valladares (2005), o termo é proveniente da vegetação rasteira típica da região de Canudos aonde os militares ficaram alojados na Guerra de Canudos. Essa hipótese é contestada por Zylberberg (1992), que considera pouco provável que a mesma vegetação fosse encontrada em áreas tão distintas. Importa salientar que o termo Favela se torna substantivo a partir do início do século XX, segundo Zaluar (1999), pelo fato da população reconhecer semelhança entre os barracos existente no Morro da favela e os barracos existentes em outros morros da cidade.

¹² Segundo Valladares (2005, p. 24), “definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade.” Segundo Vaz (1994), os cortiços se tornaram fonte de investimento especulativo, já que eram construídos por proprietários e arrendatários de imóveis. Os alugueis eram considerados exorbitantes pelas condições, já que parte das dependências era de uso comum, como banheiro, pátio etc.

¹³ O Cabeça de Porco, segundo Valladares (2005) e Monteiro (2004) foi considerado um dos maiores cortiços da cidade do Rio de Janeiro. Derrubado em 26 de janeiro de 1893, por determinação do prefeito Barata Ribeiro, seus moradores foram ocupar o morro próximo, que mais tarde ficou conhecido como Morro da Favela.

¹⁴ Segundo Abreu (2008), nem todos os removidos dos cortiços ocuparam os morros do entorno do centro do Rio, muitos foram se alorjar nos subúrbios, dando início à ocupação desses territórios

¹⁵ Terminologia designada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁶ Para Nun (1978; 2000), existe uma parcela da população, considerada por ele como massa marginal, que não exerce nenhuma função para a lógica do desenvolvimento capitalista, podendo ser descartada, já que o processo produtivo prescinde de sua existência.

¹⁷ Para Marx (2001, v. 2, p. 744), “a superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada.”

¹⁸ Entende-se por nova direita os partidos que se forjaram no campo da esquerda brasileira, ocupando historicamente lugar de oposição ao poder hegemônico. Partidos que contribuíram para a organização de amplos segmentos da classe trabalhadora, como o PT e o PCdoB, mas que na última década tiveram uma inflexão radical a ao campo político mais conservador do país, reproduzindo a política ligada às elites financeiras, esquemas de corrupção e direcionando sua ação sem questionamentos a ordem, instituída pelo capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social, Volume 2).

DEMIER, Felipe. Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro In: *Outubro* no 13. São Paulo: USP, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: – ensaios de interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume de 1 a 6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Otávio; SINGER, Paulo; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco C. *Política e a Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Otávio. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LENIN, V.I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política* livro 1 vol 1 e 2, livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

NOVACK, George. *A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988.

ROCHA, Adair. *Cidade Cerzida – a costura da cidadania no morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2005.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes (Org.). *O que é Favela, Afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

_____. *Por que uns e não outros: caminhada de jovens pobres para universidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

_____. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos esteriótipos. In: *Território – territórios*, Niterói: Ed. EDUFF, 2007.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Ed. FAPESP, 2001.